



## APMP PARTICIPA DE REUNIÃO NO CNMP PARA TRATAR DE MORTES NO LAR DO GAROTO

Na semana passada, o presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), Bergson Formiga, acompanhou membros do MP da Paraíba em uma reunião da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida pelo conselheiro Walter Agra, em Brasília. O objetivo foi para tratar sobre as recentes rebeliões ocorridas nas unidades de internação socioeducativa Lar do Garoto, na cidade de Lagoa Seca-PB, e que resultaram em mortes de adolescentes internados.

Participaram da reunião o procurador-geral de Justiça da Paraíba, Bertrand de Araújo Asfora; os promotores de Justiça Soraya Escorel e Raniere Dantas, respectivamente, coordenadora do Centro de Apoio à Infância e Juventude e membro responsável pela fiscalização da unidade Lar do Garoto; os procuradores de Justiça Herbert Tarquino, Francisco Sagres e Álvaro Gadelha; além do presidente Bergson Formiga.

Na ocasião, foram discutidos os vários problemas enfrentados no sistema socioeducativo paraibano, entre os quais, a superlotação das unidades e a forma de tratamento dos adolescentes.

Foi informado ao conselheiro Walter Agra, a existência de diversas ações civis públicas em trâmite no Judiciário, que recebem pouca atenção dele. Agra sugeriu que, em primeiro lugar, o MPPB entrasse em contato com os magistrados encarregados das ACPs, quer sejam de primeiro ou de segundo grau, para tentar sensibilizá-los a dar prioridade às ações referentes às questões relativas à infância e juventude, conforme preceitua a Constituição Federal.

Como medida extrema, caso não haja resposta a essa solicitação, o conselheiro pediria a intervenção do corregedor nacional do MP ao corregedor nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, para que este provocasse o Judiciário paraibano, cobrando deles a devida prioridade constitucional às ações relativas à infância e juventude.

Por fim, discutiu-se a possibilidade de o MPPB, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Norte, ajuizar ação pedindo a intervenção judicial no sistema da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac), caso as conversas entre o Ministério Público, o Judiciário e o Executivo não evoluíssem positivamente.

## MPPB SOLICITA MUDANÇAS NA LDO A SER VOTADA NO PODER LEGISLATIVO



O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), deputado estadual Gervásio Maia (PSB), atendendo a uma solicitação do Ministério Público da Paraíba (MPPB), do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Defensoria Pública do Estado, se comprometeu a, junto ao governador Ricardo Coutinho (PSB), tentar mudanças na proposta orçamentária – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) –, relativas ao exercício financeiro de 2018 e que está para ser votada pelo Poder Legislativo.

O posicionamento do presidente da Assembleia ocorreu na última terça-feira (20) durante uma reunião na ALPB com o procurador-geral de Justiça do MPPB, Bertrand de Araújo Asfora, com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joás de Brito Pereira Filho; do presidente do TCE, conselheiro André Carlo Torres Pontes; e da defensora pública-geral do estado, Maria Madalena Abrantes Silva.

“A limitação no orçamento, colocando-se um teto como limite, tem nos incomodado. Isso nunca ocorreu na história. Com a colocação de um teto para os nossos orçamentos, além de não crescermos, tira a nossa autonomia constitucional”, explicou o procurador-geral Bertrand Asfora. Já o presidente Gervásio Maia garantiu: “Este é o papel

da Assembleia Legislativa, Vamos trabalhar e contribuir para a melhor saída. Por isso vou fazer essa tentativa com o governador”.

A reunião na Assembleia ainda contou com as presenças do secretário de Planejamento e Gestão (Seplag) do MPPB, promotor de Justiça Luiz Nicomedes de Figueiredo Neto; do presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), promotor de Justiça Francisco Bergson Gomes Formiga Barros; de representantes da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB); e do deputado estadual Tovar Correia Lima (PSDB).

No último dia 5 deste mês, em ofício do procurador-geral de Justiça Bertrand Asfora ao presidente Gervásio Maia, o Ministério Público da Paraíba declarava que não concordava com a proposta orçamentária relativa ao exercício financeiro de 2018, encaminhada pelo Poder Executivo. No ofício, Bertrand Asfora lembrava que o orçamento do MPPB permanecerá congelado pelo terceiro ano consecutivo, como já ocorreu nos exercícios de 2016 e 2017. “Isso torna inviável o funcionamento do Ministério Público para o exercício de 2018”, alertava Bertrand Asfora.

O Artigo 35 do Projeto de Lei 1.337/2017 (LDO 2018) impõe ao MPPB como limite para a elaboração de sua proposta orçamentária para o ano que vem o total de despesas fixadas na Lei Orçamentária de 2017, vinculada às fontes “100 e/ou 101” acrescida das suplementações. “Isso não atende às necessidades do Ministério Público da Paraíba e estamos pleiteando a reformulação do caput do Artigo 35, para que o mesmo obedeça o estabelecido na Lei 10.632/2016 (Plano Plurianual – PPA)”.